

A LITERATURA INFANTO- JUVENIL E O DESENVOLVIMENTO MORAL DA CRIANÇA

Maria Madalena Nunes¹

INTRODUÇÃO

... A leitura de um bom livro é um diálogo incessante: o livro fala e a alma responde. André Maurois

O fascínio que um bom livro apresenta para a criança de qualquer idade é algo que nós educadores cristãos devemos considerar. Este foi o ponto de partida para este artigo que trata tanto da boa produção literária como do poder que esta produção tem de provocar mudanças comportamentais.

Questões como “Para onde vai a educação brasileira? Como resgatar valores há muito tempo perdidos? Como criar ambientes educacionais permeados por uma ética solidária?” estão cada vez mais presentes nas discussões e debates educacionais, sendo o foco de atenção de pais e educadores. Pais buscam uma educação para seus filhos que os prepare para viver na sociedade contemporânea, e educadores pensam em como viabilizar um trabalho pedagógico que agregue tanto o conhecimento geral como os valores éticos desejáveis da sociedade, visando a formação integral, voltada para a cidadania. Tanto a literatura, como forma de fruição, quanto à educação focada em valores, tem sido palco de discussões acadêmicas e pensar na possibilidade da literatura infanto-juvenil se constitui numa ferramenta para a formação moral da criança é salutar. A literatura infanto-juvenil presente na prática educativa pode ser vista como um guia de valor por possibilitar a reflexão moral da criança a partir de modelos valorativos.

¹ Bacharel em Teologia com especialização em Educação Cristã , Licenciada em Estudos Sociais e Pedagogia . Pós graduada em Fundamentos Cristãos da Educação. Atuou como professora e Coordenadora Pedagógica na Educação Pública de São Bernardo do Campo com foco na Formação Docente. Experiência adicional em musicalização infantil com inclusão de portadores de Necessidades Especiais .Atualmente membro da IPB de Votorantim.

A personalidade moral é definida tendo em vista a singularidade humana e a necessidade de uma formação completa que contemple o ser humano em sua integralidade. A análise do Desenvolvimento da Personalidade Moral da criança a partir do uso de guias de valor como analisa Joseph Maria Puig em seus escritos foram aqui tratados considerando a necessidade de assumirmos na prática educativa como educadores cristãos, a responsabilidade com uma educação integral que aplica os preceitos cristãos como norteadores do desenvolvimento da moral.

1. ÉTICA - UM FOCO TRANSDISCIPLINAR

Quando nos deparamos com o tema ética em educação, costumamos nos remeter ao ensino da moral, como parte da história da Educação Brasileira. O que antigamente era tratado como educação moral e cívica hoje, com novos paradigmas, é abordado pela ética. A sociedade brasileira tem, cada vez mais, sentido a necessidade de voltar-se para o campo da ética a fim de regular as relações sociais, profissionais e familiares.

Nesse sentido, ética e educação estão intimamente ligados, já que a meta da educação é, além de transmitir conceitos e valores, também moldar o caráter. Portanto temas como moral, ética, valores, virtudes, caráter, são importantes objetos de estudo.

Segundo Yves de la Taille o tema das virtudes morais abarca até mesmo o campo da psicologia moral, indo além do conceito antropológico e filosófico.

Acreditamos que é possível defender a importância de pesquisas sobre as virtudes morais de três formas diferentes e complementares: 1) o interesse universal do tema; 2) sua inserção numa possível definição do que seja moral ou ética; e 3) sua relevância psicológica na construção da moral por parte do ser humano em geral e da criança em particular¹.

Ele defende a ideia de que o tema das virtudes é universal, e que elas incidem sobre as qualidades de cada pessoa: “Em resumo, as virtudes remetem-nos a dimensões universais, pois essencialmente humanas, a saber: qualidade atribuída à pessoa, valor desejável e admirável, leitura ética da personalidade. Pensamos que isso já basta para avaliar um estudo psicológico das virtudes”. (LA TAILLE, 2000).

Isso justifica pensar na ética em todos os aspectos que ela influi, bem como na forma como deve ser tratada como componente curricular no ensino fundamental.

¹ LA TAILLE, Yves de. *Moral e Ética Dimensões Intelectuais e afetivas*. Porto Alegre : Artmed, 2006 p.109

Rita Melissa Lepre, (2008) em seu artigo “*Considerações sobre a educação moral no Brasil: percurso histórico e proposta atual*”, afirma que o trabalho com a disciplina ética no Brasil passou por diferentes momentos de acordo com a história sócio –política da nação, até chegarmos ao momento atual, que determina seu trabalho dentro de uma perspectiva transdisciplinar, como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A redemocratização do país trouxe ao longo dos últimos anos um novo paradigma para a Educação Moral, respeitando as vertentes pedagógicas que advogam um trabalho voltado para a construção da cidadania consciente a partir de princípios norteadores no trabalho com a ética.

Estes princípios perpassam todas as disciplinas e são tratados de forma a permitir a transversalidade como, vemos no Documento denominado Parâmetros Curriculares Nacionais.

No volume que trata do ensino da ética, há um esclarecimento sobre a matriz curricular e os temas transversais que devem perpassar todas as disciplinas do currículo. Na verdade se constitui em questões que devem ser contempladas em todas as áreas do conhecimento, preconizando uma visão de educação holística que integra os conteúdos com a finalidade da construção de uma cidadania plena.

3

1.1. 1.1 Definindo conceitos

A fim de analisarmos esse importante aspecto da transversalidade é necessário definirmos alguns conceitos, observando distinções e similaridades entre a Ética e a moral.

O volume dos Parâmetros Curriculares nacionais que trata do tema Ética inicia suas considerações, justamente apontando o pensamento corrente a respeito de ética e moral.

Moral e ética, às vezes, são palavras empregadas como sinônimos: conjunto de princípios ou padrões de conduta. Ética pode também significar Filosofia da Moral, portanto, um pensamento reflexivo sobre os valores e as normas que regem as condutas humanas. Em outro sentido, ética pode referir-se a um conjunto de princípios e normas que um grupo estabelece para seu exercício profissional (por exemplo, os códigos de ética dos médicos, dos advogados, dos psicólogos, etc.). Em outro sentido, ainda, pode referir-se a uma distinção entre princípios que dão rumo ao pensar sem, de antemão, prescrever formas precisas de conduta (ética) e regras precisas e fechadas (moral). Finalmente, deve-se

chamar a atenção para o fato de a palavra “moral” ter, para muitos, adquirido sentido pejorativo, associado a “moralismo”. Assim, muitos preferem associar à palavra ética os valores e regras que prezam, querendo assim marcar diferenças com os “moralistas”².

Desta forma, admite-se que a moral e a ética podem, num certo sentido, ser entendidas como sinônimas, porém pode-se também utilizá-las fazendo distinção entre a moral, entendida como um conjunto de valores e normas a serem seguidas, enquanto que a Ética se refere à reflexão sobre esses valores. O fato de etimologicamente as duas palavras terem o mesmo sentido pode dar a idéia de sinonímia.

Yves de La Taille, ao considerar sobre moral e ética nos traz a relevância de se considerar tanto as semelhanças como as possíveis distinções entre elas o que para ele nos ajuda a compreender as ações morais (2009 p.11).Ele afirma:

Tal sinonímia é perfeitamente aceitável: se temos dois vocábulos é porque herdamos do latim (moral) e outro do grego (ética), duas culturas antigas que assim nomeavam o campo da reflexão sobre “os costumes” dos homens, sua validade, legitimidade, desejabilidade, exigibilidade. Note-se desde já que a exigibilidade das condutas, os deveres, portanto, tema central da grande maioria das reflexões modernas, não era o único que dominava os campos moral e ético.³

4

Conquanto os termos moral e ética sejam muitas vezes empregados como sinônimos, segundo o autor há quem faça distinção entre eles, atribuindo um sentido filosófico à ética e um sentido mais social à moral. Ele opina que essa distinção dos termos é interessante. “Por um lado, permite nomear diferentemente o objeto e a reflexão que incide sobre ele, portanto demarcar níveis de abstração. E, por outro lado permite sublinhar o fato de se poder viver uma moral sem nunca ter se dado ao trabalho da reflexão ética” (LA TAILLE, 2006 p.26).

Avançando-se um pouco mais na análise desses conceitos entendemos que não podemos nos ater ao campo das definições etimológicas dos termos, pois é preciso compreender que há um plano Moral e um plano Ético onde estes conceitos

² BRASIL . *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ética*. Brasília : MEC , 1997 p47

³ LA TAILLE , Yves de . *Moral e Ética Dimensões Intelectuais e afetivas*. Porto Alegre : Artmed, 2006 p. 25

se desenvolvem. Ao fazermos isso não há uma preocupação exclusiva de determinar significados, mas sim de entender que ao trazer à luz as definições dentro destes planos, descrevemos os níveis de desenvolvimento moral (2009, p.22).

Parece evidente que a necessidade de entendimento do que está na essência no emprego destes termos, faz-se premente. Tanto este, quanto outros autores usam os termos moral e ética para se referirem às distintas dimensões da vida humana, reservando a palavra ética para o “bem viver”. (2009, p.29). Concluindo seu pensamento sobre moral e ética, antes de entrar nos planos de cada uma delas, La Taille, distingue-as dizendo que falar em moral é falar em deveres, e falar em ética é falar em busca de uma “vida boa”, de uma vida que vale a pena ser vivida. (2009, p.30).

Fica claro que o reducionismo desses conceitos pode levar a equívocos como foi o entendimento de que as disciplinas Educação Moral e Cívica (E.M.C.), Organização Social e Política Brasileira (OS. P.B.) e Estudos dos Problemas Brasileiros (E.P.B.) poderiam abarcar todas reflexões sobre ética e moralidade. O parâmetro para a reflexão ética sobre os valores é descrito nos PCNs. Dando o parecer de que a criação de uma disciplina não é capaz de atender a demanda pela necessidade da aquisição de uma postura ética frente à vida cidadã.

Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário falava em “formação da personalidade integral do adolescente” e em acentuação e elevação da “formação espiritual, consciência patriótica e consciência humanista” do aluno. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional colocava entre suas normas a “formação moral e cívica do aluno”. Em 1971, pela Lei n. 5.692/71, institui-se a Educação Moral e Cívica como área da educação escolar no Brasil. Porém, o fato de, historicamente, verificar-se a presença da preocupação com a formação moral do aluno ainda não é argumento bastante forte. De fato, alguns poderão pensar que a escola, por várias razões, nunca será capaz de dar uma formação moral aceitável e, portanto, deve abster-se dessa empreitada. Outros poderão responder que o objetivo da escola é o de ensinar conhecimentos acumulados pela humanidade e não se preocupar com uma formação mais ampla de seus alunos. Outros ainda, apesar de simpáticos à idéia de uma educação moral, poderão permanecer desconfiados ao lembrar a malfadada tentativa de se implantar aulas de Moral e Cívica no currículo. Mesmo reconhecendo tratar-se de uma questão

polêmica, a resposta dada por estes Parâmetros Curriculares Nacionais é afirmativa: cabe à escola empenhar-se na formação moral de seus alunos. Por isso, apresenta-se uma proposta diametralmente diferente das antigas aulas de Moral e Cívica e explica-se o porquê⁴

Embora reconhecendo a importância de que mesmo de forma equivocada as questões éticas nunca deixaram de estar presentes nas pautas escolares é preciso entender que a proposta de uma educação integral, com vistas ao desenvolvimento da cidadania exige um pensar mais profundo sobre a ética.

Ética não pode ficar circunscrita ao campo de uma disciplina. Ela está presente nas reflexões que constituem o desenvolvimento moral, portanto há que se ter um foco transdisciplinar no seu estudo.

O conceito de transdisciplinaridade surgiu a partir das discussões levantadas pelas novas correntes pedagógicas, no contexto de análise dos rumos da educação num mundo globalizado, cuja demanda aponta para a necessidade de novos paradigmas educacionais.

Assim, vemos a transdisciplinaridade como um diálogo articulado entre as disciplinas promovendo uma nova dimensão no estudo dos conteúdos, quer sejam factuais, conceituais, procedimentais ou atitudinais.

Tal forma de pensar as novas pedagogias, observando a complexidade da construção do conhecimento, traz essa nova necessidade de um trabalho que não se limite ao aspecto de uma transmissão cumulativa e fragmentada.

A Ética é tratada e entendida como um dos temas mais explorados pelo pensamento filosófico moderno e que faz parte do cotidiano de cada um sendo um tema amplamente conhecido, e que requer uma reflexão profunda e consistente. Para tanto os PCNs apontam sua relevância como tema que contribui para a formação da cidadania, como vemos:

A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha. A ética interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Abrange tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e perante elas, quanto à dimensão das ações pessoais. Trata-se, portanto de discutir o sentido ético da

⁴ BRASIL . *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ética*. Brasília : MEC , 1997 p.51

convivência humana nas suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, a sexualidade e a saúde.⁵

As reflexões abordadas no documento envolvem as questões da inter-relação e das condutas humanas, portanto o eixo de estudo da ética no ensino fundamental deve priorizar os valores da justiça, solidariedade, respeito mútuo, diálogo, por serem os que atribuem a importância da garantia dos direitos individuais da pessoa humana.

Formar um cidadão é olhar para ele com todas as suas potencialidades. É vê-lo como um indivíduo capaz de aprimorar suas condutas a partir de uma convivência social e da reflexão sobre as virtudes e valores que devem reger essas relações sociais.

Desta forma, não poderíamos deixar de considerar o valor dos princípios educativos abordados pelo grande educador Comênio (2001). Segundo ele é possível ensinar tudo a todos, isto inclui a ética. Em seu tratado de ensinar tudo a todos, ele inicia dizendo:

Processo seguro e excelente de instruir, em todas as comunidades, de qualquer reino cristão, cidades e aldeias, escolas tais que toda a juventude de um e de outro sexo, sem exceção ninguém em siveiarte alguma, possa ser formada nos estudos, educada nos bons costumes, impregnada de piedade, e, desta maneira, possa ser, nos anos da puberdade, instruída em tudo que diz respeito à vida presente e à futura, com economia de tempo e de fadiga, com agrado e com solidez.⁶

Vemos na citação, palavras que expressam a força do ato de educar. Ele não fala da pura e simples transmissão cumulativa de conteúdos factuais. Pelo contrário, palavras como: instruir, formar, educar imprimem ao processo educacional uma importância singular. A expectativa é de preparar um ser humano para a vida com tudo que ela envolve.

Segundo ele, estão no homem as sementes da moral e, que as sementes não são ainda frutos, portanto o ser humano precisa ser formado a fim de que se torne homem, senão não passará de um bruto (COMENIUS, 2001p.101)

⁵ BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ética*. Brasília: MEC, 1997 p.25

⁶ COMENIUS, João Amós. *Didática Magna*, 2001p.11

Essa clareza do grande educador nos estimula a pensar em como se processa nas crianças a aquisição dos conceitos morais e éticos, como elas formam a sua moralidade, em que medida a transversalidade das disciplinas permite a reflexão sobre os valores do bem viver.

2. A construção da personalidade moral e os guias de valor, segundo Josep Maria Puig.

“Não sei quem sou, que alma tenho.
Quando falo com sinceridade não sei com que sinceridade falo.
Sou variamente outro do que um eu que não sei se existe (se é esses outros)...
Sinto crenças que não tenho.
Enlevam-me ânsias que repudio”³. Fernando Pessoa.

Chama-nos a atenção a manifestação da incerteza quanto à identidade própria que o poeta revela aqui, em seus versos. Por outro lado, vemos o salmista admitindo no salmo 139. algumas de suas certezas, entre elas a de que o Senhor o conhece plenamente, desde sua concepção., e, conseqüentemente infunde nele a certeza de sua dignidade como ser criado por Deus.

Temos aqui dois extremos : a incerteza e a convicção.O que nos leva a refletir tão distintamente assim sobre a vida? Essas considerações estão associadas à nossa personalidade moral? A cultura na qual estamos inseridos pode moldar nossa personalidade.Somos o resultado do ambiente em que vivemos?

Tais questões são significativas, quando pensamos no que constitui nossa essência, nossa identidade, nossa individualidade.

Aliado a essa reflexão sobre a identidade, temos a nossa busca pelo entendimento do que é valioso para cada um de nós, e nesse âmbito encontramos os valores morais que podem determinar não só nossa essência moral, como também nossas condutas.

Caminhando na discussão sobre valores, tema altamente significativo, nos dias atuais, marcados por uma preocupação ética, de resgatar valores há muito perdidos, ou melhor, dizendo esquecidos, vemo-nos impelidos a uma análise de como se forma nossa personalidade moral.

Nesse, sentido precisamos recorrer às pesquisas psicológicas realizadas no campo da moralidade e entender os diferentes pontos de vista dos seus pesquisadores quanto à construção da personalidade moral. Essas diferentes concepções têm determinado as práticas pedagógicas adotadas pela escola, no trabalho com a educação moral, ao longo dos últimos anos.

Para uma compreensão mais detalhada da formação da moralidade, precisamos aliá-la ao conceito de personalidade, já que a proposta é pensar na construção de uma personalidade moral. O que se quer dizer com isso? A moralidade se distingue de outros aspectos da nossa personalidade?

Inez Borges ao tratar dos meios de experiência moral, segundo Puig, apresenta a complexidade da conceituação de personalidade moral (2008, p.116), mas afirma que a dificuldade de conceituação não deve nos impedir de fazê-lo (2008, p.118).

2.1 O conceito de personalidade

Definindo personalidade, o Dicionário Webster a aponta como a qualidade ou estado de ser pessoa, a existência pessoal, o conjunto de características que distinguem a pessoa, das demais.

Num sentido mais próximo do original da palavra grega “persona”, da qual se deriva personalidade, era usada para designar a máscara usada pelos atores nas representações teatrais de seus personagens (BORGES, 2008, p.118). Essa máscara era utilizada para potencializar a voz e nesse sentido poder-se-ia usar o termo para designar que a máscara (persona), amplifica as características individuais, e dessa forma a personalidade se constituiria da parte conhecida e explicitada do próprio ser. Outros autores também caminham nessa direção afirmando que a palavra deve ser usada para descrever atitudes observáveis, portanto Borges (2008, p.119) completa dizendo que para esses autores a definição do termo dependerá daquilo que é observável e, portanto, dependerá da visão do observador⁷.

Conquanto se fale de características observáveis, constituindo a personalidade, as outras definições aqui apontadas também remetem a outros

⁷ BORGES, Inez Augusto. *Confessionalidade e Construção Ética na Universidade*. São Paulo : Editora Mackenzie, 2008 p. 118, 119.

aspectos ligados a características que podem até determinar a forma de pensar, sentir e agir. Portanto é preciso assumir um sentido mais amplo entendendo que personalidade

[...] é o conjunto das características pessoais, sejam elas perceptíveis ou não pelos demais e conhecidas ou não pela própria pessoa, que, de qualquer maneira, influenciam sua forma de ser e estar no mundo e com o mundo, determinando também as particularidades de seu modo de agir e reagir aos eventos, sentimentos e estímulos, tanto internos quanto externos. Esse conjunto de características é necessariamente diferente para cada indivíduo [...] em outras palavras, a personalidade é a maneira como cada pessoa assume sua própria condição de ser humano como ser totalmente diferenciado dos demais, mas também totalmente inserido num meio social que lhe confere referenciais para construir e explicitar suas particularidades e sua singularidade..⁸

Tal conclusão se aproxima do conceito de singularidade humana, apresentado nas Escrituras Sagradas. O homem, criado à imagem e semelhança de Deus, reflete em si características que lhe conferem uma dignidade ímpar.

Ao mesmo tempo em que toda a humanidade é marcada por essa dignidade cada um de forma singular possui uma importância única aos olhos do Criador.

É o que o salmista revela no salmo 8.4-5: “Que é o homem que dele te lembres [...] Fizeste-o, no entanto, por um pouco menor que Deus e de honra e glória o coroaste”.

Tal dignidade adentra todos os aspectos da vida, de forma integral, e, conseqüentemente envolvendo o aspecto da moralidade.

2.2. O juízo moral, a compreensão e a auto-regulação.

Puig declara que “O Juízo moral é a faculdade que permite que sejam formadas as opiniões racionais sobre o que deve ser” (1996, p.103) Ele nos ajuda a julgar a realidade, mostrando-nos o que é certo ou errado, mas o que deve ser feito. É importante entender que o juízo moral, não significa emitirmos opiniões sobre as coisas, ele não é descritivo, pelo contrário é prescritivo, na medida que nos leva a

⁸ BORGES, Inez Augusto. *Confessionalidade e Construção Ética na Universidade*. São Paulo : Editora Mackenzie, 2008 p. 124

considerar sobre o que deve ser feito. As decisões devem ser imparciais e para emitilas é necessário o uso de princípios e critérios em nossos julgamentos, logo ele parte de uma reflexão sobre valores, Puig afirma:

Digamos, para concluir, que por juízo moral como procedimento da consciência moral autônoma nos referimos tanto à capacidade de produzir juízos morais corretos e coerentes com os princípios em qualquer situação, como também ao desenvolvimento e à formação de critérios, princípios ou estruturas de juízo moral⁹

Segundo ele, a compreensão difere do juízo moral, pois ela “se refere à forma universal da reflexão no âmbito da vida prática, em situações contextuais” (PUIG, 1996, p.107) Ela tem um alcance mais universal, pois atinge a estrutura mais profunda do ser humano. Funciona ajudando a captar o sentido histórico da realidade a partir de uma problematização, e colaborando no sentido determinar o que é justo em cada situação (1996).

A construção da personalidade moral, não acontece no vazio, ela se faz dentro de um meio o qual Puig denomina meio de experiência moral.

Para Puig a relação do indivíduo com a problematização sóciomoral é fundamental na construção da personalidade moral, bem como percebe-la nos meios de experiência moral que ele explica:

A construção da personalidade moral se produz sempre no interior ou em relação a um certo número de meios de experiência: isto é, se produz em função de um contexto de desenvolvimento que apresenta dificuldades valorativas, que aporta uma determinada cultura moral e, finalmente, que serve de espaço no qual transcorre o processo de formação moral.[...] fornece as experiências vitais a partir das quais os sujeitos podem reconhecer o que para cada um deles vai ser um problema sóciomoral expressivo.¹⁰

Os meios de experiência moral são identificados como os espaços interrelacionais que promovem as ações formativas. Não se pode excluir a formação

⁹ PUIG, Josep Maria. *A Construção da Personalidade Moral*. São Paulo: Ed. Ática, p.106

¹⁰ PUIG, Josep Maria. *A Construção da Personalidade Moral*. São Paulo: Ed. Ática, p.152

da personalidade moral , do meio onde ela acontece, já que a formação humana depende do ambiente onde ela é realizada (PUIG,1996,p.152).

É nos meios de experiência moral que se compreendem a natureza moral dos indivíduos, a coexistência de boas e más idéias, boas e más condutas.

Segundo Borges “Os meios de experiência moral são entendidos como elementos ativos, com características sociais, culturais e históricas diferenciadas que afetam a construção da personalidade moral”.(2008 p.155)

Puig elege como meios de experiência moral as metas, as possibilidades de comportamento, as formas de relação e regulação, os guias de valor e os dispositivos físicos.

As metas se referem às funções que são ou devem ser cumpridas dentro do meio considerado, segundo o autor elas pautam o “para que” do meio de experiência moral, os fins a serem atingidos não são os mesmos na família, na escola ou num grupo de amigos (1996 p.155).

As possibilidades de comportamento se referem às tarefas típicas que o meio exige que sejam feitas, porém seu cumprimento não é obrigatório. Também podemos incluir aqui o modo como o sujeito vive e se organiza.

As formas de regulação e relação referem-se à organização dos intercâmbios sociais. Esses intercâmbios são marcados por papéis, ou seja , atitudes, comportamentos e relações, as normas, que são os padrões de conduta e as interrelações sociais que são as formas de vínculos entre as pessoas.

Os guias de valor, em resumo, são os produtos culturais que colaboram para a reflexão do sujeito quanto ao seu modo de pensar e agir.

Finalmente, os dispositivos referem-se as formas organizativas no interior dos meios de experiência, como exemplos, a fim de deixar mais claro, temos as assembleias escolares, a vida urbana, o espaço familiar, etc.

Tendo em vista a importância dos meios de experiência moral na construção da personalidade moral, bem como do ambiente ecológico moral no qual acontecem as experiências sóciomorais, que consistem, na resolução através do diálogo dos conflitos de valor, podemos nos delimitar ao conceito de guias de valor como instrumentos facilitadores da construção da personalidade moral.

Puig parte do pressuposto de que:

[...] a construção da personalidade moral implica encarar os conflitos de valor com os quais nos deparamos nos meios de experiência. [...] enfrentar tais controvérsias morais exige um trabalho que não pode ser limitado à aquisição de pautas de comportamento, à clarificação de valores e ao desenvolvimento de capacidades. A formação da personalidade é uma tarefa de construção ou reconstrução da consciência e da identidade moral.¹¹

Ficam aqui as questões de onde vêm esses valores? Como são priorizados? Por que motivam o conflito na resolução de situações problemáticas? Que importância eles têm na construção da moralidade. Para Puig a educação em valores é imprescindível para ajudar as crianças a construírem solidamente a sua personalidade moral ele afirma:

O principal objetivo da educação em valores é ajudar os alunos a aprender a viver. Essa é a primeira tarefa dos seres humanos, porque, apesar de estarmos preparados para viver, precisamos adotar um modo de vida que seja sustentável e realmente queiramos para nós mesmos e para todos os que nos cercam. Temos de escolher como queremos viver. Esse aprendizado é essencial para a vida porque é algo único e valioso [...] a vida também é um espaço de cristalização de valores, uma realidade que toma forma à medida que o esforço humano a constrói em relação íntima com o entorno.¹²

13

Assim, pensar na importância dos valores propagados, nos meios de experiência moral parece ser primordial para construir uma moralidade que priorize o aprender a viver.

Dentre os guias de valor que constituem a cultura moral, Puig aponta as idéias morais, que são os elementos simbólicos que permitem abordar e descrever a vida dos sujeitos e das comunidades, permitindo uma avaliação com vistas à transformação. Essas idéias podem se referir à dignidade humana, ao bem comum,

¹¹ PUIG, Josep Maria. *A Construção da Personalidade Moral*. São Paulo: Ed. Ática 1998, p.194

¹² PUIG, Josep Maria. *A Construção da Personalidade Moral*. São Paulo: Ed. Ática, 1998. p.17

etc. Derivada destas o autor aponta também as máximas e os valores morais. Esses valores agem como critérios de julgamento. (1996)

Ainda como guia de valor temos as tecnologias do eu que são práticas que os indivíduos realizam sobre si mesmo, como o auto-exame, a meditação e leitura, a conversa formativa, o aconselhamento psicológico, a confecção de um diário íntimo, a observação da própria conduta. A finalidade das tecnologias do eu é intervir na conduta própria, modificando a personalidade moral. (1996, p.201).

Os modelos também são considerados guias de valor, pois, como construção simbólica, apresentam condutas, atitudes e formas de vida que podem ser praticadas. Eles mostram condutas que encarnam valores, propõem exemplos concretos que podem motivar a mudança de comportamento. Esses modelos podem vir apresentados em contos da literatura, filmes, obras de arte, biografias ou em tipos públicos representativos. (1996)

Cabe ainda ressaltar, que embora esses modelos apresentem princípios e valores morais, nem sempre podem ser tidos como um exemplo a seguir, na verdade são antimodelos, ou seja, modelos de condutas que não devem ser seguidas.

As pautas normativas, como guias de valor, são construções de uma coletividade que devem ser transmitidas como forma de conduta para todos os seus membros. São descrições de condutas que se prescrevem, regulando o comportamento dos indivíduos (1996).

Finalmente, temos as instituições sociais que são formas sociais, ou seja, entidades que dirigem e garantem a atividade humana. Nelas se desenrolam as relações de convivência relevantes. Elas atuam como guia de valora medida que conseguem explicitar não só seus objetivos como suas práticas aos sujeitos que delas participam. Em última instancia elas pautam a atividade humana para alcançar com maior facilidade objetivos valiosos (1996).

De tudo que foi descrito, resta-nos entender como funcionam os guias de valor, no desenvolvimento da moralidade e conclui-se que eles não são apenas mais um elemento da moral, que é imposta a nós, mas sim um recurso que poderemos usar no enfrentamento das experiências de problematização. (1996).

Interessa-nos justamente identificar essas possibilidades de trabalho de educação moral realizado na escola de ensino básico como meio de experiência moral,

utilizando-se como ferramenta da ação moral, os guias de valor e mais especificamente, o livro de literatura infanto-juvenil. Tendo em vista que os contos, as biografias, os modelos exemplares, os provérbios podem ser utilizados como guias de valor.

Assim é necessário buscar na literatura infanto-juvenil, em todas as suas formas a possibilidade de um trabalho intencional e transdisciplinar que promova a reflexão, o dialogo produtivo e a aquisição de valores,

3. A Literatura Infantil como guia de valor

A literatura infantil, sempre permeou tanto o universo lúdico como o escolar. Se na escola ela é utilizada para fomentar o ensino da Língua materna, nos outros espaços onde ela é veiculada, constitui-se num instrumento de fruição. Quem não tem uma história pra contar sobre os livros que leu na infância? Personagens que marcaram sua vida? Heróis e heroínas que procuramos imitar? Vilões que permearam nossos pesadelos infantis?

Como é agradável observar uma criança na mais tenra idade folheando um livro. Mesmo sem saber ler ainda, ela dialoga com o livro, cria suas próprias histórias, faz narrativas, compartilha o que acha que lê. E, de certa forma, está mesmo fazendo uma leitura dos elementos pictográficos que vê no livro.

Do valor da Literatura infanto-juvenil, ninguém duvida, por estas e outras razões a sociedade entende que deve estimular a leitura. Mas, em que medida é possível se realizar um trabalho didático intencional, utilizando a literatura infantil como um guia de valor?

3.1.Evolução da literatura infanto-juvenil no Brasil

Antes de adentrarmos no assunto da literatura infanto-juvenil no Brasil, precisamos pensar um pouco mais sobre Literatura e mais especificamente este qualificativo, infanto-juvenil. Quem nunca contou uma história? Quem nunca gostou de ler ou ouvir histórias? Que criança não é movida pelo fascínio de folhear um livro? Mesmo considerando que grande parte da população brasileira não consegue ter acesso à boa literatura, sabemos da importância da tradição oral no universo

literário. Assim, não podemos dizer que há quem não seja de alguma forma afetado pelas histórias, sejam elas escritas ou contadas.

De acordo com Bárbara Carvalho, algumas dificuldades, sobretudo o fato de que escrever para crianças não é uma tarefa simples, marcaram o retardamento de uma produção literária específica para crianças no Brasil.

Esses foram os motivos para que a produção literária, específica para crianças no Brasil, só acontecesse mais recentemente. Ela diz que “não havendo uma preocupação dirigida realmente à educação e à cultura infanto-juvenil, em nossa terra, ela só começou a esboçar-se nos fins do século passado” (p.216).

Os parâmetros curriculares nacionais asseveram a importância do trabalho com o texto literário em sala de aula.

É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral de texto literário¹³

16

É possível ver por essa assertiva que a escola é um lugar privilegiado para o trabalho com a literatura, porém é preciso um cuidado na seleção dos textos que devem ser priorizados. O documento ainda aponta

A questão do ensino da literatura ou da leitura literária envolve, portanto, esse exercício de reconhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita. Com isso, é possível afastar uma série de equívocos que costumam estar presentes na escola em relação aos textos literários, ou seja, tratá-los como expedientes para servir ao ensino das boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, dos tópicos gramaticais, das receitas desgastadas do “prazer do texto”, etc. Postos de forma descontextualizada, tais procedimentos pouco ou nada

¹³ BRASIL . *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa*. Brasília : MEC, 1997 p.29

contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias¹⁴.

Constatado, que há diferentes tipos de textos literários, assim como há diferentes intenções no uso desses textos, como entender e utilizar o texto literário com a intencionalidade de que ele seja um guia de valor?

O uso da literatura é uma ferramenta poderosa que o professor tem nas mãos, e que pode permitir uma aprendizagem mais significativa. Diferentes situações de aprendizagem podem ser propostas utilizando a literatura, além de criar o fascínio natural pelas diferentes histórias narradas num livro a criança pode questionar e comparar valores veiculados nestas histórias.

Em sua obra: *As sete competências básicas para educar em valores*, Puig afirmam a importância de se considerar os temas transversais, e, para tanto ele incentiva o educador a buscar os valores nos conteúdos de cada disciplina. Assim, é possível destacar valores em uma obra literária. Em geral elas refletem o cotidiano das pessoas, nas suas narrativas, quer sejam crônica, biografia, ou narrativas fantásticas. Pode-se perceber nos textos literários ações que são valorativas, portanto o autor indica que devemos ter um olhar para a transversalidade.

Nessa mesma linha, ele ainda afirma que os educadores devem indicar os conteúdos atitudinais, ou seja, de valor, que serão trabalhados em cada disciplina. (2010)

Analisando, o apontado até aqui, podemos ter indicativos de que a Literatura infantil veicula valores e, sabendo que a escola é um meio de experiência moral, onde os alunos vivenciam situações valorativas, usar a estratégia de trabalho com textos literários como guias de valor parece bastante positiva.

Retomando a idéia, de modelos valorativos, apontados por Puig, podemos inferir que uma boa Literatura apresenta inúmeras possibilidades de reflexão sobre os valores que uma determinada cultura propaga.

Os modelos são apresentados em contos, na literatura, nos filmes, na arte, nas biografias ou nos personagens públicos representativos. Mostram, de múltiplas formas, princípios e valores morais (que talvez nem todos possam ser considerados

¹⁴ BRASIL . *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa*. Brasília : MEC, 1997.p.25

sempre corretos) e convidam a transferir algum de seus traços à identidade moral do receptor. Cabe advertir que os modelos nem sempre são modelares para todos.[...] em todos esses casos, estamos diante de guias de valor que mostram, de forma obstinada, algum critério ou valor moral cuja adoção é facultativa (PUIG, 1998, p.203).

Ele afirma que os guias de valor conduzem reflexão sobre a cultura moral neles expressa. Também oferecem possibilidade para a própria conduta moral, oferecendo mecanismos para reformular condutas e modos de vida, levando à compreensão do sentido da vida moral (1998 p.197).

CONCLUSÃO

Quando Puig cita as possibilidades de trabalho com guias de valor, menciona toda a construção cultural que uma sociedade guarda ao longo das gerações, entre elas a literatura é de uma riqueza imensurável, sobretudo quando se trata do universo infantil.

Saber explorar esses guias dentro de um meio de experiência moral, sem dúvida pode vir como resposta aos nossos mais prementes anseios: o de construir uma sociedade responsável na prática da cidadania.

Uma sociedade que dialoga, reflete, absorve, descarta, revê seus diferentes valores morais.

Dessa forma não há como descartar a preciosidade dos princípios cristãos que tem regido as sociedades ao longo de sua história, como manifestação de graça divina.

Quando uma bela história de literatura retrata o cotidiano das pessoas em suas relações interpessoais, ali presentes aparecem os princípios que regulam essas relações.

O ser humano, como coroa da criação divina, produz cultura e esta de uma forma ou de outra, com ou sem intencionalidade, está permeada pelos princípios imutáveis determinados pelo Criador. São estes princípios que nos fazem atentar para os valores morais e garantir nossa postura ética diante da vida.

Estes princípios é que nos ensinam que devemos aprender as regras do bem viver. Esse bem viver, só será de fato significativo, à medida que contribuir para a glorificação do Criador.

Quando a criança ouve, ou lê uma história, além do fascínio natural pelo enredo, pelas ilustrações, ela trabalha, a partir de seus conceitos e valores, numa reflexão sobre as características dos modelos apresentados pelo livro em contraste com os modelos de atitudes valorativas do seu meio.

Essa característica de identificação , próprias da criança , colabora para a problematização moral. Além de tocar o coração da criança uma boa história pode trazer a luz inúmeras possibilidades de observação de comportamentos desejáveis ou não. A leitura de uma boa obra literária, além do aspecto da fruição, traz a possibilidade de reflexão.

Um olhar para a educação judaico-cristã pode nos ajudar a reiterar o que foi dito até aqui. A importância da criança e da sua educação moral e religiosa era crucial para a sociedade judaico-cristã. Os pais eram sempre lembrados de seu compromisso com a formação das crianças nos valores morais e religiosos de sua cultura.

Os relatos das atitudes heróicas ou de derrotas deveriam ser sempre lembrados, com a finalidade de permitir a reflexão sobre comportamentos considerados valorosos ou não.

A literatura infantil traz em seu bojo características de um guia de valor e, portanto pode e deve ser considerada na preservação dos princípios morais de uma sociedade que deseja ser solidária, justa, onde há respeito mutuo estimulando o diálogo entre seus indivíduos.